

Ministro garante que não haverá demissões

BRASÍLIA — O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, garantiu ontem que o governo não quer a demissão de professores das universidades federais para atingir o corte de 30% com despesas de pessoal, anunciado na terça-feira. Segundo ele, insistir em demissão de professores, pesquisadores e pessoal dos hospitais universitários é distorcer a proposta do governo. Para Chiarelli, as universidades brasileiras têm um contingente de pessoal mais numeroso que de outros países da América Latina.

“É preciso que as instituições federais de ensino, conscientes dessa realidade, façam as correções”, afirmou o ministro.

“Nosso problema é carência, e não excesso”, contestou em São Paulo, Newton Lima Neto, vice-reitor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), uma das três escolas federais no Estado — as outras são a Escola Paulista de Medicina (EPM) e Escola Técnica Federal. Segundo ele, o número de professores, 490, e funcionários, 790, é o mesmo de uma década atrás, enquanto que a área construída da universidade duplicou, no mesmo tempo. “Precisamos, isso sim, de mais cem professores e funcionários”, afirmou. O Conselho Universitário (CO) e o Conselho de Ensino e Pesquisa da UFSCAR definirão hoje quais as medidas que

vão tomar para se adequar às exigências do MEC.

A Universidade de Brasília (UnB) também não quer demitir. “A possibilidade de demissão está descartada, mas poderemos oferecer outras alternativas de corte nas despesas, desde que haja uma contrapartida do governo”, disse Antônio Ibañez, reitor da UnB. Entre essas alternativas está a redução das gratificações pagas aos chefes de departamento, decanos e diretores, e o corte de alguns servidores, como vigilantes e jardineiros. Ibañez quer que o governo invista o dinheiro economizado pelas universidades em outras áreas, como pesquisa.

As propostas do reitor serão levadas ao Conselho Universitário da UnB, para discussão. Antes disso, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) reunirá todas as instituições de ensino superior, no dia 11 de junho, para discutir a contraproposta a ser apresentada ao Ministério da Educação.

De acordo com Chiarelli, a proposta do governo não quer prejudicar as universidades, mas exigir que elas dêem sua contribuição, escolhendo a maneira de efetuar cortes. “Nós abrimos exceção para negociar as reduções com os reitores, porque entendemos as especificidades da educação. Estamos dispensando tratamento diferenciado para o setor”.